

Editora Aprende
Brasil Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Editora Aprende Brasil Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$ mil)

Ativo	Nota explicativa	2019	2018	Passivo	Nota explicativa	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	37.547	50.902	Fornecedores	17	6.581	7.956
Contas a receber de clientes	11	17.595	18.157	Salários, provisões e contribuições sociais	18	5.005	6.077
Estoques	12	1.719	5.177	Arrendamento mercantil	30	1.564	-
Impostos a recuperar	13	420	1.465	Impostos a recolher	19	1.677	1.108
Créditos diversos		11.434	1.114	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23.b	2.124	6.984
		<u>68.715</u>	<u>76.815</u>	IRPJ e CSLL a recolher		1.586	2.736
				Adiantamento de clientes		254	254
				Outras obrigações	20	1.793	4.258
						<u>20.584</u>	<u>29.373</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		8.186	7.739	Impostos a recolher	19	787	740
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.a	-	861	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.a	1.580	-
Imobilizado	15	11.267	2.563	Arrendamento mercantil	30	7.241	-
Intangível	16	5.198	5.812	Adiantamento de clientes		550	804
		<u>24.651</u>	<u>16.975</u>	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	22	2.793	1.986
				Outras obrigações	20	607	381
						<u>13.558</u>	<u>3.911</u>
				Patrimônio Líquido			
				Capital social	23.a	39.157	39.157
				Reserva lucros	23.b	20.067	21.349
						<u>59.224</u>	<u>60.506</u>
		<u>93.366</u>	<u>93.790</u>			<u>93.366</u>	<u>93.790</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Editora Aprende Brasil Ltda.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	2019	2018
Receita líquida de vendas	24	111.920	423.160
Custo das vendas	25	<u>(35.207)</u>	<u>(152.407)</u>
Lucro bruto		<u>76.713</u>	<u>270.753</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	25	(19.792)	(87.799)
Gerais e administrativas	25	(32.756)	(87.811)
Provisão para perda de crédito esperada	25	(935)	(4.663)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>851</u>	<u>177</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		<u>24.081</u>	<u>90.657</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	26	3.675	14.580
Despesas financeiras	26	<u>(1.247)</u>	<u>(4.767)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>26.509</u>	<u>100.470</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	14.b	(5.445)	(31.903)
Diferido	14.b	<u>(2.441)</u>	<u>2.731</u>
Lucro líquido do exercício		<u>18.623</u>	<u>71.298</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Editora Aprende Brasil Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$ mil)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	18.623	71.298
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>18.623</u></u>	<u><u>71.298</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Editora Aprende Brasil Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018		106.919	57.625	-	164.544
Lucro líquido do exercício		-	-	71.298	71.298
Distribuição de lucros	24.b	-	(57.625)	(6.729)	(64.354)
Juros sobre capital próprio	24.b	-	-	(8.216)	(8.216)
Ativos líquidos cindidos dos segmentos SPE, Conquista e obras para a Positivo Soluções Didáticas Ltda.	2	(67.762)	(35.004)	-	(102.766)
Constituição de reserva de lucros a realizar		-	56.353	(56.353)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>39.157</u>	<u>21.349</u>	<u>-</u>	<u>60.506</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	18.623	18.623
Distribuição de lucros	24.b	-	(17.406)	-	(17.406)
Juros sobre capital próprio	24.b	-	-	(2.499)	(2.499)
Constituição de reserva de lucros a realizar		-	16.124	(16.124)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u><u>39.157</u></u>	<u><u>20.067</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>59.224</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Editora Aprende Brasil Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	2019	2018
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		18.623	71.298
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	15 e 16	3.902	10.716
Ajuste a valor presente, líquido	26	688	4.674
Provisão para perda de crédito esperada	11	936	4.663
Provisão para estoques obsoletos	12	844	1.542
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	22	807	1.688
Provisão de juros sobre empréstimos		-	827
Provisão de juros sobre arrendamentos	30	532	-
Custo residual das baixas de bens do ativo imobilizado e intangível	15 e 16	1.697	937
Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes	14.b	7.886	29.172
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	11	(1.172)	45.639
Estoques	12	2.614	5.610
Impostos a recuperar	13	(394)	(1.103)
Créditos diversos		(10.767)	597
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	17	(1.265)	(32.580)
Salários, provisões e contribuições sociais	18	(1.072)	(866)
Impostos a recolher	19	241	(4.410)
Outras obrigações	20	(2.493)	(1.093)
Caixa gerado nas atividades operacionais		<u>21.607</u>	<u>137.311</u>
Juros pagos		-	(218)
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(5.156)</u>	<u>(26.428)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>16.451</u>	<u>110.665</u>
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Caixa transferido na cisão		-	(32.000)
Aquisição de imobilizado	15	(941)	(3.057)
Aquisição de intangível	16	<u>(2.572)</u>	<u>(11.271)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(3.513)</u>	<u>(46.328)</u>
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Captações de empréstimos		-	6.873
Pagamento de empréstimos		-	(73.028)
Pagamento de arrendamentos	30	(1.903)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	23.b	(6.984)	(8.438)
Distribuição de lucros	23.b	<u>(17.406)</u>	<u>(64.354)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(26.293)</u>	<u>(138.947)</u>
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa		<u>(13.355)</u>	<u>(74.610)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	50.902	125.512
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	10	<u>37.547</u>	<u>50.902</u>
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa		(13.355)	(74.610)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando especificamente indicado)

1 Contexto operacional

A Editora Aprende Brasil Ltda. (“Empresa”), anteriormente denominada Editora Positivo Ltda., é uma sociedade por quotas com responsabilidade limitada, registrada na Rua Major Heitor Guimarães, 174, na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, constituída em 3 de novembro de 1986.

Tem como objeto social: (i) a edição e comercialização de material escolar em especial livros, apostilas e mapas escolares, (ii) a comercialização de direitos patrimoniais de autores, (iii) a produção fonográfica, gravação e comercialização de disco compacto (CD) musical, (iv) a prestação de serviços de criação e editoração gráfica e, (v) a realização de cursos, palestras, treinamentos, seminários e formação continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional, assessorias diversas, bem como a prática da operação denominada em conjunto "fomento comercial".

A Empresa atua, principalmente, no segmento de ensino básico voltado a clientes públicos, por meio do Sistema de Ensino Aprende Brasil.

Em 1º de novembro de 2018, os segmentos SPE, Conquista e obras foram cindidos da Editora Aprende Brasil Ltda. para a Positivo Soluções Didáticas Ltda., conforme nota explicativa 2.

2 Reestruturação societária - cisão

a. Operação

O Grupo Positivo passou por uma reestruturação societária em 1º de novembro de 2018, onde foram segregados segmentos de negócios da Editora Aprende Brasil Ltda. para a Positivo Soluções Didáticas Ltda.

b. Justificativa da reestruturação societária

Conforme instrumento de justificação e protocolo de cisão parcial com incorporação da parcela cindida da Editora Aprende Brasil Ltda. pela Positivo Soluções Didáticas Ltda., é de interesse dos quotistas das empresas envolvidas promoverem uma reestruturação no Grupo Positivo, segregando da Editora Aprende Brasil Ltda. os segmentos SPE, Conquista e obras, com a intenção de adequar os negócios às novas realidades do mercado e melhor organizar seus negócios de acordo com cada segmento.

c. Alterações societárias - cisão parcial

Por meio da 56ª alteração contratual ocorrida em 1º de novembro de 2018, foi aprovada a cisão parcial da empresa Editora Aprende Brasil Ltda. com incorporação da parcela cindida pela Positivo Soluções Didáticas Ltda., referente aos segmentos SPE, Conquista e obras.

Importante frisar que ambas as empresas possuíam naquela data os mesmos sócios, e estes sócios detinham os mesmos percentuais em ambas as sociedades, razão pela qual o aumento de capital e quotas da Positivo Soluções Didáticas Ltda., via incorporação do acervo cindido, não implicou no ingresso de novos sócios na Empresa.

d. Acervo líquido cindido

A tabela abaixo resume o valor de acervo líquido cindido da empresa Editora Aprende Brasil Ltda. e incorporado pela Positivo Soluções Didáticas Ltda. em 31 de outubro de 2018:

	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	32.000
Contas a receber de clientes	55.682
Estoques	214
Créditos diversos	77
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.536
Imobilizado	4.270
Intangível	29.022
Salários, provisões e contribuições sociais	(16.417)
Outras obrigações	(3.602)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(6.016)
	<hr/>
	102.766
	<hr/>

O acervo líquido contábil decorrente deste processo de cisão está distribuído nas seguintes rubricas contábeis:

	Valor contábil
Capital social	67.762
Reverva de lucros	35.004
	<hr/>
	102.766
	<hr/>

Exceto pelo caixa transferido na cisão, o processo de cisão demonstrado acima não impactou os valores apresentados na demonstração dos fluxos de caixa no período, pois correspondem à transações que não impactam caixa.

e. Mensuração do valor

Conforme consta no laudo de avaliação de determinados ativos e passivos para fins de cisão parcial da Editora Aprende Brasil Ltda, datado de 1º de novembro de 2018, elaborados pelos peritos avaliadores Marcos de Bem Guazzelli, Nara Poliana de Proença e Priscila de Jesus Dellaqua, a avaliação de determinados ativos e passivos da empresa Editora Aprende Brasil Ltda. que serão cindidos e transferidos a título de reorganização societária para a Positivo Soluções Didáticas Ltda. foi efetuada aplicando-se a metodologia contábil, ou seja, com fundamento nos valores constantes dos registros contábeis dos itens avaliados, com base nos saldos contábeis em 31 de outubro de 2018.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de julho de 2020. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentados na nota explicativa nº 8.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Empresa no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 30** - prazo do arrendamento: se a Empresa tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11 - Contas a receber de clientes:** determinação da perda de crédito esperada do contas a receber;
- **Nota explicativa 12 - Estoques:** determinação das perdas em estoques;
- **Nota explicativa 14 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados ;
- **Notas explicativas 15 e 16 - Imobilizado e Intangível:** determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível e teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis; principais premissas em relação aos valores recuperáveis ;

- **Nota explicativa 22 - Contingências:** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa 27 – Instrumentos financeiros:** mensuração do valor justo e classificação de instrumentos financeiros.

A Empresa revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Empresa aplicou inicialmente o CPC 06(R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Empresa.

A Empresa adotou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas.

Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a. Definição de arrendamento

Anteriormente, o Empresa determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Empresa agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, conforme nota explicativa 8.12.

Na transição para o CPC 06(R2), a Empresa escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Empresa aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b. Como arrendatário

Como arrendatário, a Empresa arrenda ativos imóveis. A Empresa classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Empresa. De acordo com o CPC 06(R2), a Empresa reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Empresa optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)

Anteriormente, a Empresa classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Empresa em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Empresa na data da aplicação inicial: a Empresa aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou
- por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Empresa aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

A Empresa testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Empresa utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

c. Impacto nas demonstrações financeiras

Na transição para o CPC 06(R2), a Empresa reconheceu ativos de direito de uso adicionais incluindo imóveis e passivo de arrendamento. O impacto na transição está resumido abaixo.

Em milhares de reais

Em 1º de janeiro de 2019

Ativos de direito de uso – ativo imobilizado	9.565
Passivos de arrendamento	(9.565)

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na nota explicativa 8.14 das práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

8 Principais práticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

8.1 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Empresa, pela taxa de câmbio na data da transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

8.2 Receita com clientes

A receita operacional é reconhecida de acordo com os preceitos do CPC 47 “Receita de contratos com Clientes” que estabelece que a receita seja reconhecida quando (i) a obrigação de desempenho é cumprida, ou sejam, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Empresa, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência do controle dos bens varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Tal transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue ao cliente.

8.3 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

8.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente de clientes e descontos obtidos, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros de arrendamento mercantil e ajuste a valor presente de fornecedores.

8.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

8.6 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Quando aplicável, a provisão para perdas nos estoques é constituída com base em estimativas considerando-se o melhor julgamento da Administração da Empresa. Caso a potencial perda não seja mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente.

8.7 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Aparelhos de comunicação	10 anos
Móveis, utensílios e instalações	5 a 10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	25 anos
Veículos	5 anos
Arrendamento mercantil	11 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

8.8 Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis da Empresa compreendem, principalmente, gastos com direitos autorais e desenvolvimento de obras literárias adquirido de terceiros, têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização para os ativos intangíveis com vidas úteis definidas é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, a qual é estabelecida pela necessidade de atualização da metodologia de ensino e do formato editorial das obras ou pela sua vigência contratual de utilização, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Obras literárias - sistemas de ensino	4 anos
Obras literárias - livros didáticos	4 anos
Obras literárias - dicionários	10 anos
Software	5 anos
Marcas e patentes	10 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o saldo contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

8.9 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. (outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro

adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(iii) *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iv) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) ***Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) ***Instrumentos financeiros derivativos***

A Empresa não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

8.10 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) ***Ativos financeiros não-derivativos***

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- ativos de contrato.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na

experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- a Empresa considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.
- as perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- as perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

8.11 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para contingências são reconhecidas apenas quando é provável que desembolsos de caixa ocorrerão e seu valor é determinado com base na estimativa das ações em curso.

As contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista objeto de contestações judiciais são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação.

8.12 Arrendamentos

A Empresa aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019

No início de um contrato a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é ou contém um arrendamento se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento contida no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada aos contratos firmados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo as taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamento mercantil" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, a Empresa determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e

- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
 - o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
 - o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
 - fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

(ii) Como arrendatário

No período comparativo, como arrendatário, a Empresa classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

8.13 Ajuste a valor presente

É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

8.14 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

9 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contrato de Seguros.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

10 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão compostos por:

	2019	2018
Caixa	-	10
Bancos	1.766	5.945
Aplicações financeiras - renda fixa (a)	35.781	44.947
	<u>37.547</u>	<u>50.902</u>

- (a) São representadas, principalmente, por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB's), e compromissadas remunerados em aproximadamente 100% da variação do CDI (taxa de juros Certificado de Depósito Interbancário) e com liquidez imediatas estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

11 Contas a receber de clientes

O saldo da conta está composto pelos seguintes valores:

	2019	2018
Sistemas de ensino	51.774	57.045
Obras literárias	7.599	1.954
(-) Provisão para perda de crédito esperada	<u>(41.778)</u>	<u>(40.842)</u>
	<u>17.595</u>	<u>18.157</u>

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	2019	2018
A vencer	12.483	13.149
Vencido até 30 dias	1.175	2.684
Vencido de 31 até 60 dias	2.053	1.898
Vencido de 61 até 90 dias	1.081	593
Vencido de 91 até 180 dias	1.700	2.013
Vencido de 181 até 360 dias	1.773	961
Vencido acima de 361 dias	39.108	37.957
(-) Ajuste ao valor presente	-	(256)
(-) Provisão para perda de crédito esperada	<u>(41.778)</u>	<u>(40.842)</u>
	<u>17.595</u>	<u>18.157</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de produtos é de 42 dias (11 dias em 2018).

A movimentação da provisão para perda de crédito esperada está composta por:

Saldo em 1 de janeiro de 2018	71.563
(-) Cisão	(35.384)
(-) Recebimento / reversão	(3.585)
(+) Adições	<u>8.248</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>40.842</u>
(-) Recebimento / reversão	(2.403)
(+) Adições	<u>3.339</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>41.778</u>

A provisão para perda de crédito esperada de contas a receber é constituída com base nos critérios estabelecidos pela Administração e, em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, cujo saldo é apresentado deduzido dessa provisão. O critério da provisão para perda de crédito esperada de contas a receber utiliza como base o histórico de inadimplência da carteira de clientes da Empresa, representado por 3,74% do Aprende Brasil, 1,65% de obras, sobre o faturamento para os clientes dos segmentos, respectivamente.

A Administração considera esta provisão suficiente para cobrir as perdas na realização de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

12 Estoques

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2019	2018
Mercadoria para revenda	403	2.573
Mercadoria para revenda em poder de terceiros	4.239	3.786
Estoques em trânsito	8	905
(-) Provisão para estoques obsoletos	<u>(2.931)</u>	<u>(2.087)</u>
	<u>1.719</u>	<u>5.177</u>

A provisão para estoques obsoletos é constituída com base em análise feita através do histórico de movimentação dos itens em estoques, cuja classificação como obsoleta compreende adicionalmente a idade dos estoques, sendo que a Administração também realiza análise individualizada quanto as perspectivas de realização dos itens em estoque, considerando o potencial de venda do produto (com base no histórico de venda), na análise da validade do conteúdo do livro e na possibilidade de sua atualização visual.

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está composta por:

Saldo em 1 de janeiro de 2018	652
Cisão	(107)
(+) Adições	1.968
(-) Reversões	<u>(426)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>2.087</u>
(+) Adições	6.109
(-) Reversões	<u>(5.265)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>2.931</u></u>

A Administração espera que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses.

13 Impostos a recuperar

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2019	2018
IRPJ a recuperar (a)	168	334
CSLL a recuperar (a)	-	54
COFINS a recuperar (b)	78	671
PIS a recuperar (b)	19	116
Outros	<u>155</u>	<u>290</u>
	<u>420</u>	<u>1.465</u>

- (a) Os créditos tributários de imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são decorrentes das antecipações ocorridas no exercício e em exercícios anteriores, retenções sobre as operações de vendas a órgãos públicos federais e retenções sobre aplicações financeiras.

- (b) Os créditos tributários, provenientes das contribuições sociais do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), são decorrentes das aquisições de serviços de terceiros, energia elétrica, fretes, depreciação e amortização. Em contra partida, as operações de saída de livros e materiais didáticos possuem alíquota zero.

14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a. Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes, apresentando a seguinte composição:

	2019	2018
Ativo		
Provisão para bônus	87	541
Provisão para direitos autorais	200	452
Provisão para perda de crédito esperada	743	1.050
Provisão de serviços	191	818
Provisão de corte da receita (<i>cut-off</i>)	-	795
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	950	675
Arrendamentos	70	-
Diversos	588	562
	2.829	4.893
	2019	2018
Passivo		
Tributos diferidos sobre venda a órgãos públicos	3.613	3.342
Atualização dep. judicial processos trabalhistas e fiscais	796	690
	4.409	4.032
	(1.580)	861

Anualmente, a Administração revisa o seu plano de negócio para os próximos exercícios e, conseqüentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributáveis registrados.

b. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	26.509	100.470
Alíquota vigente combinada	34%	34%
	(9.013)	(34.160)
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente		
Adições permanentes		
(+) Outras despesas indedutíveis	(124)	580
Exclusões permanentes		
(-) Incentivo fiscal - Lei do Bem	-	963

	2019	2018
(-) Juros sobre capital próprio	850	2.793
(-) Outras exclusões	206	-
(-) Dedução programa alimentação do trabalhador - PAT e outros	195	628
(-) Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias anteriores a 2013	-	24
	<u>(7.886)</u>	<u>(29.172)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(5.445)	(31.903)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(2.441)</u>	<u>2.731</u>
	<u>(7.886)</u>	<u>(29.172)</u>
Alíquota efetiva	30%	29%

15 Imobilizado

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	Taxa média ponderada de depreciação	2019			2018		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Aparelhos de comunicação	10%	315	(281)	34	315	(262)	53
Arrendamento mercantil	9%	10.176	(1.597)	8.579	-	-	-
Veículos	20%	123	(123)	-	123	(123)	-
Móveis, utensílios e instalações	10 a 20%	7.599	(6.001)	1.598	6.976	(5.492)	1.484
Máquinas e equipamentos	10%	127	(100)	27	112	(94)	18
Benfeitoria em imóveis de terceiros	4%	1.115	(86)	1.029	1.055	(47)	1.008
		<u>19.455</u>	<u>(8.188)</u>	<u>11.267</u>	<u>8.581</u>	<u>(6.018)</u>	<u>2.563</u>

A movimentação do ativo imobilizado está representada por:

	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Arrendamento mercantil	Aparelhos comunicação	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2018	1.797	114	3.251	-	72	5.234
Adições	1.039	81	1.936	-	1	3.057
Cisão - custo	(2.647)	(277)	(11.325)	-	-	(14.249)
Cisão - depreciação	914	117	8.948	-	-	9.979
Depreciação	<u>(95)</u>	<u>(17)</u>	<u>(1.326)</u>	<u>-</u>	<u>(20)</u>	<u>(1.458)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>1.008</u>	<u>18</u>	<u>1.484</u>	<u>-</u>	<u>53</u>	<u>2.563</u>
Adoção inicial CPC 06	-	-	-	9.565	-	9.565
Adições	61	16	864	611	-	1.552
Baixa - custo	-	-	(241)	-	-	(241)
Depreciação	<u>(40)</u>	<u>(7)</u>	<u>(509)</u>	<u>(1.597)</u>	<u>(19)</u>	<u>(2.172)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>1.029</u>	<u>27</u>	<u>1.598</u>	<u>8.579</u>	<u>34</u>	<u>11.267</u>

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

Vida útil

Ao final do exercício de 2019 e 2018, a Empresa revisou a estimativa da vida útil e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

16 Intangível

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	Taxa média ponderada de amortização	2019			2018		
		Custo	Amortização acumulada	Saldo contábil	Custo	Amortização acumulada	Saldo contábil
Obras literárias:							
Sistemas de ensino	25%	9.313	(6.521)	2.792	6.855	(6.044)	811
Livros didáticos	25%	16.130	(15.862)	268	16.081	(14.620)	1.461
Dicionários	10%	29	(29)	-	29	(29)	-
Obras literárias em andamento	-	1.141	-	1.141	2.470	-	2.470
Software	20%	10.919	(9.922)	997	10.485	(9.415)	1.070
Marcas e patentes	10%	23	(23)	-	23	(23)	-
		<u>37.555</u>	<u>(32.357)</u>	<u>5.198</u>	<u>35.943</u>	<u>(30.131)</u>	<u>5.812</u>

A movimentação do intangível no exercício é composta da seguinte forma:

	Software	Marcas e patentes	Obras literárias	Obras literárias em andamento	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2018	2.675	1	13.215	17.867	33.758
Adições	1.111	-	240	9.920	11.271
Transferências	8.904	-	-	(8.904)	-
Cisão – custo	(14.398)	-	(52.775)	(15.476)	(82.649)
Cisão – amortização	5.295	-	48.332	-	53.627
Amortização	(2.517)	(1)	(6.740)	-	(9.258)
Baixas de ativo	-	-	-	(937)	(937)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>1.070</u>	<u>-</u>	<u>2.272</u>	<u>2.470</u>	<u>5.812</u>
Adições	433	-	-	2.139	2.572
Transferências	-	-	3.468	(3.468)	-
Amortização	-	-	(1.730)	-	(1.730)
Baixas de ativo	(506)	-	(950)	-	(1.456)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>997</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>3.060</u></u>	<u><u>1.141</u></u>	<u><u>5.198</u></u>

Obras literárias

Os gastos incorridos e diretamente associados ao desenvolvimento de materiais didáticos, em especial os Sistemas de Ensino, são capitalizados como intangíveis. Estes gastos são substancialmente compostos pela aquisição de direitos autorais e serviços prestados por terceiros (projeto gráfico, edição e revisão de texto e diagramação dentre outros). Adicionalmente, são capitalizados também os direitos autorais pagos pelo direito de comercialização de livros.

As obras literárias são consideradas ativos intangíveis com vida útil definida, a qual é estimada através do prazo necessário de atualização da metodologia de ensino, do conteúdo e formato editorial das obras ou pela vigência dos contratos quanto ao prazo de utilização das obras. Os materiais didáticos são amortizados pelo prazo de 4 anos, determinado com base no período usual de atualização do conteúdo e formato editorial. Para os direitos autorais pagos, não considerados como materiais didáticos, oriundos do direito de comercialização de livros, são amortizados pelo prazo contratual acordado com o autor.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ativo intangível tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Administração não identificou indicadores de que o ativo intangível poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

Vida útil

Ao final do exercício de 2019 e 2018, a Empresa revisou a estimativa da vida útil dos ativos intangíveis. As análises de vida útil do intangível da empresa não resultaram em ajustes de amortização. Porém tiveram baixas de projetos descontinuados no valor de R\$ 950 (R\$ 937 em 2018), apropriados ao resultado do exercício.

17 Fornecedores

O saldo a pagar com fornecedores é representado, substancialmente, pelos valores incorridos a título de direitos autorais, consultorias pedagógicas e diversas, propaganda e publicidade, fretes, entre outros.

18 Salários, provisões e contribuições sociais

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2019	2018
Salários a pagar	835	830
Contribuições sociais	823	687
Provisão de férias	2.884	2.911
Provisão para bônus	406	1.591
Outras contas a pagar sobre folha	57	58
	5.005	6.077

19 Impostos a recolher

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2019	2018
IRRF sobre remuneração a funcionários	1.107	632
INSS suspenso	787	740
Outros	570	476
	2.464	1.848
Circulante	1.677	1.108
Não circulante	787	740

20 Outras obrigações

A composição desta conta está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Provisão - direitos autorais a pagar (a)	587	1.329
Outras contas a pagar	1.813	3.310
	2.400	4.639
Circulante	1.793	4.258
Não circulante	607	381

- (a) Compreende a provisão a pagar junto aos autores de obras intelectuais (literárias, artísticas e científicas), as quais são reconhecidas quando as mercadorias atreladas às obras literárias são comercializadas.

21 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos com partes relacionadas estão compostos da seguinte forma:

	Contas a receber de transações comerciais		Operações financeiras ativas		Contas a pagar de transações comerciais	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Positivo Educacional Ltda. (a)	540	495	-	-	-	-
Gráfica e Editora Posigraf Ltda. (b)	1.188	1.255	-	-	-	-
Positivo Soluções Didáticas Ltda.	-	990	-	-	-	1.835
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. (c)	1.735	1.544	-	-	3	9
Positivo Administradora de Bens Ltda.	10	5	-	-	-	-
Consórcio Positivo J. Malucelli	26	16	-	-	-	-
Rosch Administradora de Bens	10	5	-	-	-	-
Centro Educacional Opção Única Ltda.	31	27	-	-	-	-
Sociedade Educacional Posiville Ltda.	63	57	-	-	-	-
Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda.	45	-	-	-	-	-
Positivo Tecnologia S.A. (d)	114	218	-	-	5	21
Partes relacionadas (pessoas físicas) (e)	-	-	10.301	-	-	-
	<u>3.762</u>	<u>4.612</u>	<u>10.301</u>	<u>-</u>	<u>8</u>	<u>1.865</u>

	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	
	2019	2018
Sócios (f)	<u>2.124</u>	<u>6.984</u>
	<u>2.124</u>	<u>6.984</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa realizou transações com partes relacionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Vendas		Atividades corporativas (rateio)		Compras e serviços	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Positivo Educacional Ltda. (a)	-	403	3.360	2.595	-	-
Gráfica e Editora Posigraf Ltda. (b)	130	2.793	4.657	5.463	-	141.254
Centro de Estudos Sup. Positivo Ltda. (c)	-	4	10.324	11.005	-	141
Positivo Tecnologia S.A. (d)	-	17	741	985	309	2.016
Rosch Administradora de Bens	-	-	59	57	-	-
Consórcio Positivo J. Malucelli	-	-	155	150	-	-
Positivo Administradora de Bens Ltda.	-	-	59	57	-	-
Sociedade Educacional Posiville Ltda.	-	279	310	336	-	-
Positivo Soluções Didáticas Ltda.	3.485	115	3.931	1.311	2.679	1.814
Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda.	-	-	284	-	-	-
Centro Educacional Opção Única Ltda.	-	-	191	220	-	-
	<u>3.615</u>	<u>3.611</u>	<u>24.071</u>	<u>22.179</u>	<u>2.988</u>	<u>145.225</u>

a. *Positivo Educacional Ltda.*

Repasso de recebimento

Refere-se, substancialmente, a valores decorrentes das vendas de material didático efetuadas pela Empresa aos alunos da Positivo Educacional Ltda., sendo que a Positivo Educacional Ltda. intermedia o recebimento financeiro destas vendas e, posteriormente, efetua o repasse financeiro à Editora Aprende Brasil Ltda.

b. *Gráfica e Editora Posigraf Ltda.*

Compras e serviços

São transações de aquisição de materiais didáticos e outros produtos gráficos. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

Essas mercadorias são destinadas para fins de revenda pela Empresa substancialmente a terceiros.

c. *Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.*

Locação de espaço e compra de serviços

Compreende as transações de locação de espaços, em especial do Teatro Positivo e Centro de Eventos, bem como prestação de serviços.

d. *Positivo Tecnologia S.A.*

Vendas, compras e serviços

As vendas compreendem transações de comercialização de livros do catálogo da Empresa. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

As compras e serviços compreendem a aquisição de micro-computadores e equipamentos de informática. Adicionalmente, a Empresa efetua o pagamento de direitos autorais, referente à disponibilização pela Positivo Tecnologia de acessos aos sítios na internet, denominado “Portal Aprende Brasil”, aos clientes da Empresa, bem como o fornecimento da matriz de CD-ROMs com conteúdos educacionais.

O acesso ao “Portal Aprende Brasil” é destinado às instituições conveniadas ao Sistema de Ensino Aprende Brasil (SABE).

e. *Partes relacionadas (pessoas físicas)*

Refere-se a empréstimos a receber dos sócios, remunerados à taxa de CDI.

f. *Sócios*

Refere-se ao juros sobre capital próprio a pagar aos quotistas, líquido de efeitos tributários.

Atividades corporativas (rateio)

Compreende o repasse de custos e despesas provenientes do rateio de despesas administrativas e do centro de serviços compartilhados, as quais são incorridas pela Empresa e, posteriormente são rateadas para as demais partes relacionadas beneficiadas.

Tais reembolsos são representados pelo uso compartilhado dos departamentos de compras (em especial materiais indiretos), recursos humanos, marketing, jurídico, contabilidade, financeiro e informática. O valor do rateio é apurado pelo custo efetivo, rateado em função da utilização dos recursos disponíveis.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

As despesas com salários da Administração incluindo encargos e remuneração variável totalizaram R\$ 136 (R\$ 2.014 em 2018). Para os administradores da Empresa são concedidos os seguintes benefícios: plano de saúde, descontos em mensalidades de cursos de graduação e pós-graduação e nas escolas do Grupo, além de produtos da própria Empresa.

A Empresa não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

22 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

	2019	2018
Riscos cíveis	10	2
Riscos trabalhistas (a)	<u>2.783</u>	<u>1.984</u>
	<u><u>2.793</u></u>	<u><u>1.986</u></u>

- (a) Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários, reivindicando verbas trabalhistas em geral, entre eles, horas extras e equiparação salarial.

A movimentação das provisões está composta por:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	-	6.314	6.314
(+) Adições	12	5.525	5.537
(+) Atualizações	-	984	984
(-) Utilizações e reversões	-	(862)	(862)
(-) Cisão	-	(6.016)	(6.016)
(-) Baixas	<u>(10)</u>	<u>(3.961)</u>	<u>(3.971)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>2</u>	<u>1.984</u>	<u>1.986</u>
(+) Adições	11	3.674	3.685
(+) Atualizações	-	126	126
(-) Utilizações e reversões	(2)	(144)	(146)
(-) Baixas	<u>(1)</u>	<u>(2.857)</u>	<u>(2.858)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>10</u></u>	<u><u>2.783</u></u>	<u><u>2.793</u></u>

Probabilidades de perda possível

Existem outros processos cíveis, tributários e trabalhistas em curso, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização. Os saldos estão compostos da seguinte forma:

	2019	2018
Fiscais (a)	9.617	8.691
Cíveis (b)	11.214	14.664
Trabalhistas (c)	868	-
	21.699	23.355

- (a) Os processos fiscais compreendem processos movidos pela Receita Federal, referente a pedido de compensação de Cofins IN86 entregue fora do prazo no montante de R\$ 4.888, pedido de compensação de IRRF retido na fonte não homologados no montante de R\$ 1.571, e também, processo movido pela Prefeitura Municipal de Curitiba, referente a retenção de ISS sobre reembolso de despesas de terceiros (estadia, locomoção, refeição, etc.) no montante de R\$ 1.081.
- (b) Os processos cíveis compreendem processos em fase inicial e recursal movidos pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Prefeitura Municipal de Sidrolândia - ação de responsabilidade civil por ato de improbidade no montante de R\$ 5.131, como também, pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Prefeitura da Estância Turística de Itú - ação tomada de contas no montante de R\$ 3.816, e ainda pelo Ministério Público do Rio de Janeiro no montante de R\$ 1.375, onde estão sendo discutidos cláusulas contratuais de aquisição de livros didáticos.
- (c) Reclamatórias trabalhistas cujo objeto principal refere-se a verbas trabalhistas em fase inicial e recursal.

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 1º de novembro de 2018, o capital social foi reduzido em R\$ 67.762, decorrente do processo de cisão, conforme nota explicativa 2.

Em 31 de dezembro de 2018, conforme 57ª alteração do contrato social, as quotas dos sócios anteriores foram transferidas via dissolução e transferências de quotas para os novos acionistas da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Empresa é de R\$ 39.157 e está totalmente integralizado, da seguinte forma:

Composição societária atual, valores expressos em reais (1,00)

	Quantidade de quotas	Capital integralizado	% Participação
Cixares Libero Vargas	7.831.393	7.831.393	20%
Schonbrunn Investimentos - Participações Societárias Ltda.	7.831.393	7.831.393	20%
Cousteau Investimentos - Participações Societárias Ltda.	7.831.393	7.831.393	20%
Palermo Investimentos - Participações Societárias Ltda.	7.831.393	7.831.393	20%
Rivare Investimentos - Participações Societárias Ltda.	5.873.542	5.873.542	15%
Jufri Investimentos - Participações Societárias Ltda.	1.957.848	1.957.848	5%
	39.156.962	39.156.962	100%

b. Reserva de lucros e juros sobre capital próprio

Conforme previsto no contrato social da Empresa, ao final do exercício social os resultados não distribuídos serão registrados na conta de reserva de lucros, para futura distribuição ou capitalização, ou, se perda ou prejuízo em conta a compensar. Não existe previsão para distribuição de lucros mínimos ao final de cada exercício.

Em 1º de novembro de 2018, a reserva de lucros foi diminuída em R\$ 35.004, decorrente do processo de cisão, conforme nota explicativa 2.

Os juros sobre capital próprio foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

(i) Juros sobre capital próprio

A Empresa distribui lucros aos sócios através de juros sobre capital próprio observando o disposto na Lei nº 9.429/95.

	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2018	8.438
Juros sobre capital próprio	8.216
Juros sobre capital próprio pagos	(8.438)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	<u>(1.232)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>6.984</u>
Juros sobre capital próprio	2.499
Juros sobre capital próprio pagos	(6.984)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	<u>(375)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>2.124</u></u>

(ii) Distribuição de lucros

Durante o exercício de 2019, foram deliberadas e pagas distribuição de lucros no montante de R\$ 17.406, provindos da reserva de lucros. Durante o exercício de 2018, foram deliberadas e pagas distribuição de lucros no montante de R\$ 64.354, sendo R\$ 57.625 provindos da reserva de lucros e R\$ 6.729 provindos do resultado do exercício.

24 Receita líquida de vendas

A Empresa gera receita principalmente pela venda de material didático.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre a mercadoria ao cliente.

A seguir, a composição da receita líquida de vendas da Empresa no exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de:

	2019	2018
Receita bruta de vendas	122.745	440.370
(-) Tributos sobre vendas	(9)	(51)
(-) Devoluções e abatimentos	<u>(10.744)</u>	<u>(17.159)</u>
	<u>111.920</u>	<u>423.160</u>

25 Informação sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Empresa apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Material para revenda e materiais de consumo utilizados	29.426	128.158
Pessoal e comissões	15.126	89.807
Gastos com divulgação	1.314	8.720
Propaganda e publicidade	4.195	21.879
Serviços de terceiros	2.324	6.361
Fretes	2.036	7.988
Aluguéis	4.628	10.387
Viagens	3.518	11.632
Provisão para perda de crédito esperada	935	4.663
Depreciação e amortização	4.408	10.716
Provisão para estoques obsoletos	844	1.542
Treinamento a terceiros	781	2.403
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	825	642
Outras	18.330	27.782
	<u>88.690</u>	<u>332.680</u>

A composição dessas contas para conciliação com a demonstração do resultado segue abaixo:

	2019	2018
Custo das vendas	35.207	152.407
Despesas comerciais	19.792	87.799
Despesas gerais e administrativas	32.756	87.811
Provisão para perda de crédito esperada	935	4.663
	<u>88.690</u>	<u>332.680</u>

26 Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras		
Juros cobrados sobre contas a receber e outros	103	3.427
Rendimento de aplicações	1.777	4.255
Ajuste a valor presente - clientes	798	6.293
Descontos obtidos e outros	997	605
	<u>3.675</u>	<u>14.580</u>
Despesas financeiras		
Juros empréstimos e outros	(77)	(859)
Juros arrendamento mercantil	(483)	-
Atualização monetária	(117)	(984)
Ajuste a valor presente - fornecedores	(110)	(1.619)
Descontos concedidos	(93)	(324)
IOF	(226)	(59)
Outras	(141)	(922)
	<u>(1.247)</u>	<u>(4.767)</u>
	<u>2.428</u>	<u>9.813</u>

27 Instrumentos financeiros

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa, conforme o quadro abaixo:

a. Classificação contábil e valores justos

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

	Nota explicativa	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total contábil	Valor justo
Em 31 de dezembro 2019					
Caixa e equivalentes de caixa	10	37.547	-	37.547	37.547
Contas a receber de clientes	11	17.595	-	17.595	17.595
Créditos diversos		11.434	-	11.434	11.434
		<u>66.576</u>	<u>-</u>	<u>66.576</u>	<u>66.576</u>
Fornecedores	17	-	6.581	6.581	6.581
Arrendamento mercantil	30	-	8.805	8.805	8.805
Outras obrigações	20	-	2.400	2.400	2.400
			<u>17.786</u>	<u>17.786</u>	<u>17.786</u>
Em 31 de dezembro 2018					
Caixa e equivalentes de caixa	10	50.902	-	50.902	50.902
Contas a receber de clientes	11	18.157	-	18.157	18.157
Créditos diversos		1.114	-	1.114	1.114
		<u>70.173</u>	<u>-</u>	<u>70.173</u>	<u>70.173</u>
Fornecedores	17	-	7.956	7.956	7.956
Outras obrigações	20	-	4.639	4.639	4.639
			<u>12.595</u>	<u>12.595</u>	<u>12.595</u>

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco a que a Empresa está exposta reflete aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Empresa.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Empresa utiliza. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias específicas e determinação de limites.

A Empresa possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela alta Administração, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões.

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima, os objetivos da Empresa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Empresa.

(ii) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das aplicações financeiras e contas a receber de clientes conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota explicativa	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	10	37.547	50.902
Contas a receber de clientes	11	17.595	18.157
		<u>55.142</u>	<u>69.059</u>

Contas a receber e outros créditos

A exposição da Empresa a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração considera a distribuição geográfica dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito.

A qualidade do crédito do contas a receber de outros recebíveis é avaliado baseado na política de crédito estabelecida pela Empresa.

Caixa e equivalentes a caixa

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa detinha caixa e equivalentes a caixa de R\$ 37.547 (R\$ 50.902 em 2018), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes a caixa são mantido com bancos e instituições financeiras considerados de primeira linha.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais ou não, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Empresa, que se utiliza do gerenciamento necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Empresa gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos e ativos financeiros não derivativos da Empresa e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Empresa deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Empresa deve quitar as respectivas obrigações.

Ativos financeiros

	Taxa de juros efetiva média ponderada ao ano	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2019						
Caixa e bancos		1.766	-	-	-	1.766
Aplicações financeiras	3,70%	35.781	-	-	-	35.781
Contas a receber de clientes		12.422	3.521	1.650	2	17.595
		<u>49.969</u>	<u>3.521</u>	<u>1.650</u>	<u>2</u>	<u>55.142</u>
31 de dezembro de 2018						
Caixa e bancos		5.955	-	-	-	5.955
Aplicações financeiras	6,40%	44.947	-	-	-	44.947
Contas a receber de clientes		10.073	2.765	5.319	-	18.157
		<u>60.975</u>	<u>2.765</u>	<u>5.319</u>	<u>-</u>	<u>69.059</u>

Passivos financeiros

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2019					
Fornecedores	6.581	-	-	-	6.581
Arrendamento mercantil	116	235	1.097	7.357	8.805
	<u>6.697</u>	<u>235</u>	<u>1.097</u>	<u>7.357</u>	<u>15.386</u>
31 de dezembro de 2018					
Fornecedores	7.956	-	-	-	7.956
	<u>7.956</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.956</u>

(iv) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, e taxas de juros, têm nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Gerenciamento do capital

A Empresa administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Empresa é formada pelo capital circulante líquido (passivos circulantes menos ativos circulantes).

A Empresa não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Capital circulante líquido

O índice de liquidez corrente no final do exercício é o seguinte:

	2019	2018
Ativo circulante	68.715	76.815
Passivo circulante	(20.584)	(29.373)
Capital circulante líquido	48.131	47.442
Índice de liquidez corrente	3,34	2,62

Índice de endividamento

	2019	2018
Dívida bruta (a)	-	-
Caixa e saldos de bancos (b)	37.547	50.902
	37.547	50.902
Patrimônio líquido (c)	59.224	60.506
Índice endividamento líquido (caixa) líquido	(0,64)	(0,84)

- (a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazo (excluindo derivativos, quando aplicável).
- (b) Disponibilidade em tesouraria e depósitos em bancos.
- (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Empresa, gerenciados como capital.

28 Transações não envolvendo caixa

Em 1º de novembro de 2018, foi aprovada a cisão parcial da empresa Editora Aprende Brasil Ltda. com incorporação da parcela cindida pela Positivo Soluções Didáticas Ltda., referente aos segmentos SPE, Conquista e obras, e os valores do acervo líquido cindido não envolveram caixa, conforme nota explicativa 2.

O impacto da adoção inicial do CPC 06 (R2) referente ao registro do direito de uso de imóveis e contas a pagar de arrendamento demonstrados na nota explicativa 30, também não envolveram caixa e, portanto não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

29 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Empresa, para cobrir eventuais sinistros em todas as suas unidades sendo móveis e utensílios, instalações, estoques e benfeitorias em imóveis de terceiros é apresentada abaixo.

Ramo	Abrangência	Limite de indenização	Vigência
Riscos patrimoniais	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento, danos elétricos e outros	2.211	01/04/2019 a 01/04/2020

30 Arrendamento mercantil

Arrendamentos como arrendatário - CPC 06(R2)

A Empresa arrenda imóveis. Esses arrendamentos normalmente duram entre 5 a 20 anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados individualmente e de acordo com cada contrato, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços.

Anteriormente, os arrendamentos de imóveis eram classificados como arrendamentos mercantis operacionais de acordo com o CPC 06(R1).

Os contratos de baixo valor ou de curto prazo enquadrados na isenção da norma representados, substancialmente, por equipamentos de informática e veículos. A empresa arrenda equipamentos com prazos de contrato de um a três anos, mas considerados de baixo valor. A Empresa optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos, e nem os contratos cujo prazo é inferior a 12 meses.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Empresa é a arrendatária são apresentadas abaixo:

(i) Ativos de direito de uso

	Imóveis	Total
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	9.565	9.565
Adições	611	611
Amortizações	<u>(1.597)</u>	<u>(1.597)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>8.579</u>	<u>8.579</u>

(ii) Passivo de arrendamento

Os passivos reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2019 correspondem aos saldos a pagar dos contratos de arrendamento, mensurados à valor presente pelas taxas de desconto na data da sua adoção conforme apresentado a seguir:

	Taxa média de desconto % a.a.	Vencimento final	Valor presente do passivo
Imóveis	9,97%	01/01/2025	8.805
			<u>8.805</u>
Circulante			1.564
Não circulante			7.241

Abaixo a movimentação dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Circulante	Não circulante	Total
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	1.332	8.233	9.565
Adições	611	-	611
Transferências	992	(992)	-
Juros apropriados	532	-	532
Pagamentos (principal + juros)	<u>(1.903)</u>	<u>-</u>	<u>(1.903)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>1.564</u>	<u>7.241</u>	<u>8.805</u>

31 Eventos subsequentes

Coronavírus (COVID-19)

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) tornou-se uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- Criação de diversos Comitês, com participação de diretores e gerentes-chaves da Empresa, com propósito de avaliação de ações possíveis para minimizar os impactos trazidos pela pandemia.
- Análise de adequação de volume de estoques de mercadoria para revenda a novos volumes de vendas.
- Negociações com os principais fornecedores da Empresa, tanto para alinhamento de prazos de valores faturados, quanto para negociação de valores devidos futuros.

- Utilizar os benefícios trazidos pela Medida Provisória 927, publicada em 20 de março de 2020, tais como: prorrogação de prazo de compensação de banco de horas e postergação de pagamento de FGTS.
- Utilizar os benefícios trazidos pela Medida Provisória 936, publicada em 01 de abril de 2020, tais como: redução de remuneração e carga horária trabalhada; suspensão de temporária de contratos com alguns colaboradores ou através de futuras medidas publicadas pelo Governo para minimizar os impactos da pandemia.
- Postergação de recolhimentos de tributos tais como PIS e COFINS (Instrução Normativa 1.932 de 2020) e INSS patronal (Portaria 139 e 150 de 2020).
- Análise de possível captação junto a bancos públicos e privados, de linhas de crédito liberadas pelo Governo Federal e agências ligadas ao setor com propósito de incentivar as companhias afetadas pela pandemia.

Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. Vale ressaltar que a Empresa possui suporte financeiro de seus acionistas, mitigando os impactos de curto prazo e os desafios que esse cenário pode trazer.